

# SUMÁRIO

## PARTE I: OS ATOS

### CAPÍTULO I

<b>Teoria da Corrupção</b> .....	49
1 Do poder .....	49
2 Da corrupção .....	49
2.1 Corrupção social .....	51
2.2 Corrupção do Estado .....	51
2.3 Agentes da corrupção .....	52
2.4 Algumas formas de corrupção .....	53
2.5 Fatores que favorecem a corrupção .....	54
2.6 Combate à corrupção .....	55

### CAPÍTULO II

<b>Da Improbidade e suas Congêneres</b> .....	57
3 Improbidade/corrupção/desonestidade .....	57
4 Improbidade no setor privado .....	57
4.1 Improbidade trabalhista .....	57
4.2 Improbidade civil .....	57
4.3 Improbidade comercial .....	58
5 Improbidade no setor público .....	58
5.1 Improbidade eleitoral .....	58
5.2 Improbidade política ou político-administrativa .....	59
5.3 Improbidade administrativa .....	59
5.3.1 Desonestidade e Deslealdade .....	60
5.3.1.1 Deslealdade e quebra dos deveres funcionais: atos praticados em razão da função e do limite de aplicação da lei de improbidade administrativa .....	63
5.3.1.2 Sujeições do servidor público dentro e fora do serviço .....	65
5.3.2 Evolução do combate à improbidade administrativa .....	67
5.3.2.1 Constituições de 1824-1969 .....	67
5.3.2.2 Decreto-Lei n.º 3.240/41 .....	71
5.3.2.3 Lei n.º 3.164/57 (Lei Pitombo-Godói Ilha) .....	72
5.3.2.4 Lei n.º 3.502/58 (Lei Bilac Pinto) .....	73
5.3.2.5 Lei n.º 4.717/65 (Lei da Ação Popular) .....	75

5.3.2.6 Convenções.....	76
5.3.2.6.1 Convenção Interamericana contra a Corrupção .....	76
5.3.2.6.2 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção .....	78
5.3.2.6.3 Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais .....	80
5.3.2.7 Da responsabilidade prevista na Constituição de 1988: uma análise do § 4.º do art. 37	82
5.3.2.7.1 Objeto da responsabilidade e suas limitações .....	82
5.3.2.7.2 Regime jurídico punitivo dos atos de improbidade administrativa .....	84
5.3.2.7.3 Natureza da responsabilidade.....	86
5.3.2.7.4 Competência legislativa em matéria de improbidade administrativa .....	88
5.3.2.7.5 Da forma como a responsabilidade deve ser buscada .....	91
5.3.2.7.6 Dos limites quanto aos sujeitos do ato ímprobo e quanto ao bem jurídico protegido .....	92
5.3.2.7.7 Classificação da norma constitucional quanto a sua eficácia .....	93
5.3.2.7.8 Requisitos para configuração do ato de improbidade administrativa.....	95
5.3.2.7.8.1 Presença de agente público.....	95
5.3.2.7.8.1.1 Improbidade administrativa como infração própria .....	96
5.3.2.7.8.2 Elemento subjetivo do agente.....	97
5.3.2.7.8.2.1 A negligência é um tipo especial de punibilidade.....	100
5.3.2.7.8.2.1.1 Pareceres técnicos afastam a culpa?.....	101
5.3.2.7.8.2.1.2 Divergência doutrinária e jurisprudencial.....	101
5.3.2.7.8.2.2 Todos os atos de improbidade administrativa dependem de condutas dolosas.....	101
5.3.2.7.8.2.2.1 Voluntariedade da conduta não se confunde com dolo ou vontade.....	104
5.3.2.7.8.2.2.2 Dolo específico .....	107
5.3.2.7.8.2.2.2.1 Finalidade em obter proveito ou benefício indevido .....	110
5.3.2.7.8.2.2.2.2 Significado de “proveito ou benefício indevido”.....	111
5.3.2.7.8.2.2.2.3 Divergência jurisprudencial .....	112
5.3.2.7.8.2.2.2.3.1 Prova da divergência e cotejo analítico.....	113
5.3.2.7.8.2.2.2.3.2 Divergência atual: temporaneidade.....	114
5.3.2.7.8.2.2.2.3.3 A lógica do § 8.º do art. 1.º .....	114
5.3.2.7.8.2.3 Impossibilidade de responsabilização objetiva: a figura particular do Prefeito.....	115
5.3.2.7.8.3 Ato ilícito: infração grave.....	116
5.3.2.7.8.3.1 Formas de conduta ilícita.....	117
5.3.2.7.8.3.1.1 Improbidade administrativa e simples ato ilícito: a necessidade de tipicidade da conduta.....	118
5.3.2.7.8.3.1.1.1 Conflito aparente de normas .....	119
5.3.2.7.8.3.1.1.1.1 Para cada fato ilícito apenas um tipo legal pode ser aplicado .....	121
5.3.2.7.8.3.1.1.2 Rol taxativo e exemplificativo .....	122

5.3.2.7.8.3.1.3 Ilegalidade não configura ato de improbidade.....	124
5.3.2.7.8.3.1.4 Ato de improbidade de menor potencial ofensivo .....	124
5.3.2.7.8.3.1.4.1 Princípio da insignificância: <i>de minimis non curat Praetor</i> ....	125
5.3.2.7.8.3.1.5 Os tipos primários incompletos e os atos de improbidade administrativa.....	126
5.3.2.7.8.3.1.6 Desnecessidade de ato danoso para configuração do ato de improbidade administrativa.....	127
5.3.2.7.8.3.1.6.1 Necessidade de dano para deferimento da sanção de ressarcimento e para subsunção do tipo do art. 10 .....	128
5.3.2.7.8.3.2 Tentativa.....	129
5.3.2.7.8.4 Ato contra patrimônio público ou contra patrimônio particular de posse do poder público.....	131
5.3.2.7.8.5 Nexo Causal: Relação jurídica administrativa.....	133
5.3.2.8 Lei n.º 12.846/13 (Lei Anticorrupção) .....	134
5.3.2.8.1 Objeto de regulamentação .....	138
5.3.2.8.2 Sujeitos sancionados .....	139
5.3.2.8.3 Responsabilidades .....	139
5.3.2.8.4 Administração Pública e agente público estrangeiros.....	140
5.3.2.8.5 Atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira .....	141
5.3.2.8.6 Responsabilização .....	142
5.3.2.8.6.1 Desconsideração da pessoa jurídica .....	142
5.3.2.8.6.2 Acordo de leniência.....	142
5.3.2.8.6.3 Responsabilização administrativa.....	144
5.3.2.8.6.3.1 Procedimento administrativo de responsabilização.....	144
5.3.2.8.6.3.2 Sanções aplicáveis .....	145
5.3.2.8.6.4 Responsabilização judicial .....	146
5.3.2.8.6.4.1 Procedimento judicial.....	146
5.3.2.8.6.4.2 Medida cautelar .....	146
5.3.2.8.6.4.3 Sanções aplicáveis .....	146
5.3.2.8.6.5 Aplicação isolada ou cumulativa das sanções.....	147
5.3.2.8.6.6 Aplicação das Leis n.ºs 12.846/13 e 8.429/92: relação dos sócios e administradores.....	147
5.3.3 Improbidade administrativa e agente público inábil.....	149
5.3.4 Improbidade administrativa e ato danoso: o ato danoso como ato ímprobo .....	151
5.3.5 Improbidade administrativa e improbidade disciplinar na seara pública.....	151
5.3.5.1 O Poder Judiciário não pode punir os deslizes funcionais simples.....	152
5.3.6 Mero inadimplemento contratual não configura improbidade administrativa: teoria da responsabilidade conexa .....	153
5.3.7 Princípios e regras constitucionais do direito administrativo sancionador.....	154
5.3.8 Breves comentários sobre a Lei n.º 8.429/92.....	156
5.3.8.1 (In)constitucionalidade da Lei de Improbidade Administrativa .....	159
5.3.8.1.1 Da (in)constitucionalidade material .....	159

5.3.8.1.2 Da (in)constitucionalidade formal .....	161
5.3.9 Breves comentários da Lei n.º 14.230/21 .....	167
5.3.9.1 Atos de Improbidade Administrativa em espécie: acréscimos, revogação e reformulação dos tipos legais .....	168
5.3.9.1.1 Acréscimos .....	168
5.3.9.1.1.1 Tipificação da figura do nepotismo como ato de improbidade administrativa .....	169
5.3.9.1.2 Revogação .....	170
5.3.9.1.3 Reformulação dos tipos legais .....	170
5.3.9.2 Alterações do texto aprovado pela Câmara dos Deputados .....	174
5.3.9.3 Nota do Senado Federal sobre as principais alterações .....	174

### **CAPÍTULO III**

## **Mandato, Cargo, Emprego e Função Pública**

### **Dos Vínculos Jurídicos de Trabalho**

<b>Das Investiduras dos Agentes Públicos .....</b>	<b>177</b>
6 Vínculos jurídicos de trabalho .....	177
6.1 Mandato, cargo, emprego e função pública .....	177
6.2 Mandato .....	177
6.3 Cargo público .....	178
6.3.1 Cargo político .....	178
6.4 Emprego público .....	181
6.5 Função pública .....	181
7 Investidura dos agentes públicos .....	182
7.1 Investidura administrativa .....	182
7.2 Investidura política .....	182
7.3 Investidura originária .....	183
7.4 Investidura derivada .....	183
7.5 Investidura efetiva .....	183
7.6 Investidura em comissão .....	183
7.7 Investidura vitalícia .....	183
7.8 Investidura interina .....	183
8 Formação do vínculo jurídico .....	183
8.1 Eleição .....	184
8.2 Nomeação .....	184
8.3 Convocação .....	185
8.4 Designação .....	185
8.5 Contratação .....	185
8.6 Requisição e cessão .....	187

## CAPÍTULO IV

<b>Dos Sujeitos Ativos do Ato de Improbidade Administrativa</b> .....	189
9 Considerações iniciais: autoria, coautoria e participação.....	189
10 Agentes públicos .....	189
10.1 Agentes administrativos .....	190
10.2 Categorias de agentes públicos.....	190
10.2.1 Agentes públicos permanentes.....	190
10.2.1.1 Servidor público.....	190
10.2.1.2 Servidor estatutário .....	190
10.2.1.3 Empregado público.....	191
10.2.2 Agentes públicos temporários.....	191
10.2.2.1 Servidor temporário .....	191
10.2.2.2 Agentes honoríficos .....	192
10.2.2.3 Agentes credenciados .....	192
10.2.3 Agentes delegados .....	193
10.2.3.1 Exercício de serviço público por meio de concessão, permissão ou convênio.....	193
10.2.4 Agentes políticos: dos sujeitos à responsabilidade especial - Chefe do Executivo, Ministros de Estado nos atos conexos e Ministros do Supremo Tribunal Federal, entre outros .....	196
10.2.4.1 Supremo Tribunal Federal e agentes políticos .....	200
10.2.4.2 Membros do Poder Legislativo .....	200
10.2.5 Responsabilidade do funcionário irregular ou funcionário de fato.....	201
10.3 Agentes públicos por equiparação ou ficção legal.....	202
11 Terceiro .....	203
11.1 Terceiro coautor do ato de improbidade administrativa.....	204
11.1.1 Pessoa jurídica de direito privado .....	204
11.1.1.1 Sócios, cotistas e administradores .....	205
11.1.1.2 Lei n.º 12.846/13 (Lei Anticorrupção): subsidiariedade da LIA.....	205
11.2 Participação material do terceiro: induzir ou concorrer .....	205
11.2.1 Induzir .....	206
11.2.2 Concorrer .....	206
11.3 Beneficiário do ato de improbidade.....	207
11.3.1 Benefício direto .....	207
11.3.2 Benefício indireto .....	208
11.3.3 Responsabilização do beneficiário .....	208
11.4 A Lei aplica-se, no que couber, ao terceiro .....	209
12 Sujeito ativo próprio e impróprio.....	209

## **CAPÍTULO V**

<b>Dos Sujeitos Passivos do Ato de Improbidade Administrativa .....</b>	<b>211</b>
13 Pessoas jurídicas de direito público .....	211
13.1 Pessoas jurídicas de direito público interno.....	211
13.1.1 Administração Direta: União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.....	212
13.1.2 Administração Indireta: fundação, autarquia, sociedade de economia mista, empresa pública e sociedade sob controle acionário do Estado .....	212
13.2 Pessoas jurídicas de direito público externo .....	214
14 Pessoas jurídicas de direito privado .....	215
14.1 Entidades que gerenciam dinheiro público: sociedades, associações e fundações, entre outras ..	215
14.2 Entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com o seu patrimônio ou com a sua receita anual.....	215
14.3 Entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público ...	217
14.4 Situação específica dos sindicatos .....	218
14.5 Situação específica dos partidos políticos .....	220
14.6 Empresa privada incorporada ao patrimônio público.....	221

## **CAPÍTULO VI**

<b>Dos Princípios Constitucionais da Administração Pública .....</b>	<b>223</b>
15 Princípios e regras jurídicas: os princípios constitucionais .....	223
15.1 Princípios constitucionais da administração pública.....	223
15.1.1 Princípio da legalidade .....	224
15.1.2 Princípio da impessoalidade.....	224
15.1.3 Princípio da moralidade administrativa.....	225
15.1.3.1 Distinção entre imoralidade administrativa e improbidade administrativa.....	227
15.1.4 Princípio da eficiência.....	228
15.1.5 Princípio da publicidade.....	229
15.1.6 Impossibilidade de configuração de atos de improbidade administrativa por simples violação de princípios .....	229

## **CAPÍTULO VII**

<b>Dos Atos de Improbidade Administrativa em Espécie .....</b>	<b>235</b>
16 Atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito .....	235
16.1 Conceito de enriquecimento ilícito .....	235
16.2 Distinção entre enriquecimento ilícito e enriquecimento sem causa .....	235
16.3 Requisitos gerais para configuração do tipo legal .....	236
16.3.1 Enriquecimento ilícito e funcionários de entidades privadas .....	242
16.3.2 Natureza do patrimônio objeto do aumento ilícito .....	243
16.4 Sujeito apenas investido e agente público afastado.....	244
16.5 Formas de implementação do enriquecimento ilícito.....	245

16.5.1	Recebimento de vantagem indevida por meio de comissão, percentagem, gratificação ou presente .....	245
16.5.2	Facilitação de negócio superfaturado .....	247
16.5.3	Facilitação de negócio subfaturado .....	249
16.5.4	Favorecimento pessoal por utilização de bens públicos ou por tráfico de influência .....	250
16.5.5	Tolerar atividade ilícita .....	253
16.5.6	Emitir declaração falsa .....	256
16.5.7	Evolução patrimonial ilegal .....	257
16.5.8	Prestação ilegal de serviço externo .....	260
16.5.9	Intermediação ilegal em liberação e aplicação de verbas públicas .....	261
16.5.10	Omissão ilegal .....	263
16.5.11	Incorporação ilegal de patrimônio público .....	264
16.5.12	Utilização ilegal de patrimônio público .....	265
17	Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário (LIA, art. 10) .....	267
17.1	O que se entende por erário .....	271
17.2	O dano como requisito do ato ímprobo .....	272
17.3	Formas de implementação do prejuízo ao erário .....	273
17.3.1	Facilitação ou concorrência na incorporação de patrimônio público .....	273
17.3.2	Utilização ilegal de patrimônio público .....	274
17.3.3	Doação ilegal de patrimônio público .....	275
17.3.4	Alienação, locação de patrimônio público ou prestação de serviço público por preço inferior ao de mercado .....	276
17.3.5	Aquisição, permuta, locação ou contratação de serviço por preço superior ao de mercado ...	277
17.3.6	Operação financeira ilegal .....	278
17.3.7	Concessão ilegal de benefício administrativo ou fiscal .....	281
17.3.8	Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo ou dispensá-los indevidamente .....	282
17.3.9	Ordenar ou permitir a realização de despesas ilegais .....	285
17.3.10	Agir ilicitamente no trato da coisa pública .....	287
17.3.11	Liberação ilegal de verba pública e desvio de finalidade .....	289
17.3.12	Enriquecimento ilícito de terceiro .....	292
17.3.13	Utilização ilegal de patrimônio público .....	292
17.3.14	Gestão associada ilegal .....	294
17.3.15	Contrato de rateio sem prévia dotação orçamentária .....	297
17.3.16	Incorporação ilegal de patrimônio público mediante celebração de parcerias .....	298
17.3.17	Utilização ilegal de patrimônio público por particular por meio de termo de parceria .....	299
17.3.18	Parcerias ilegais com entidades privadas .....	300
17.3.19	Agir ilicitamente na fiscalização e análise das prestações de contas .....	301
17.3.20	Liberação ilegal de recursos para a iniciativa privada .....	302

17.3.21 Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário (ISSQN).....	303
18 Atos de improbidade que apenas atentam contra os princípios da administração pública (LIA, art. 11)...	307
18.1 Formas de lesão a princípios.....	310
18.1.1 Ato administrativo ilegal (Revogado).....	310
18.1.2 Prevaricação (Revogado).....	311
18.1.3 Quebra de sigilo funcional.....	312
18.1.4 Negar publicidade aos atos oficiais.....	315
18.1.5 Frustrar a licitude de concurso público ou de seleção.....	318
18.1.6 Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo para ocultar irregularidades....	320
18.1.7 Divulgação indevida de medida política ou econômica.....	323
18.1.8 Descumprimento de normas relativas, parcerias junto ao terceiro setor.....	325
18.1.9 Descumprimento de requisitos de acessibilidade (revogado).....	326
18.1.10 Nepotismo.....	329
18.1.11 Promoção pessoal ilegal de agentes públicos.....	330
 <b>CAPÍTULO VIII</b>	
<b>Das Excludentes</b> .....	333
19 Excludentes de ilicitude. Considerações iniciais.....	333
19.1 Estado de necessidade.....	333
19.2 Exercício regular do direito.....	333
19.3 Estrito cumprimento de um dever legal.....	334
20 Excludentes de culpabilidade. Considerações iniciais.....	334
20.1 Menoridade.....	334
20.2 Distúrbios mentais.....	334
20.3 Inexigibilidade de conduta diversa.....	335
20.3.1 Coação irresistível.....	335
20.3.2 Obediência hierárquica.....	335
20.4 Erro de fato e erro de direito.....	335
20.4.1 Divergência jurisprudencial.....	336
21 Excludentes da punibilidade. Considerações iniciais.....	337
21.1 Morte do agente.....	337
21.1.1 Extinção da pessoa jurídica.....	337
21.2 Anistia.....	338
21.3 Indulto e Graça.....	338
21.4 Prescrição e Decadência.....	338
21.5 Perdão Judicial.....	339



## PARTE II: A AÇÃO

### CAPÍTULO IX

<b>Da Ação de Improbidade Administrativa</b> .....	343
22 Ação de Improbidade Administrativa, Ação Popular e Ação Civil Pública: objetos distintos .....	343
22.1 O caráter repressivo-reparatório acessório: objeto da ação de improbidade administrativa .....	346
23 Natureza da ação de improbidade administrativa .....	347
24 Procedimento especial obrigatório: regime jurídico especial .....	349
24.1 Inaplicabilidade das Leis n.ºs 7.347/85 e 8.078/90.....	352
24.1.1 A criação da ação de improbidade típica: a inadequação da dicotomia da ação .....	355
24.1.2 Conversão em ação civil pública: inadequação da via eleita .....	356
24.2 Aplicação do procedimento comum .....	357

### CAPÍTULO X

<b>Do Procedimento Administrativo: A Perseguição do Ilícito</b> .....	359
25 Formas de investigação .....	359
25.1 Processo administrativo .....	359
25.1.1 Conceito.....	359
25.1.2 Autoridade competente .....	361
25.1.3 Legislação aplicável.....	362
25.1.4 Arquivamento .....	364
25.2 Inquérito policial .....	365
25.2.1 Conceito.....	365
25.2.2 Autoridade competente .....	370
25.2.3 Legislação aplicável.....	370
25.2.4 Arquivamento e desarquivamento ou reabertura.....	371
25.3 Inquérito civil .....	371
25.3.1 Conceito.....	371
25.3.1.1 Procedimento Preparatório – PPIC .....	373
25.3.2 Autoridade competente .....	375
25.3.2.1 Incompetência funcional.....	375
25.3.3 Legislação aplicável.....	376
25.3.4 Manifestação do investigado .....	377
25.3.4.1 Nulidade .....	377
25.3.5 Prazo de conclusão .....	377
25.3.5.1 Não afeta o direito de ação .....	378
25.3.5.2 Excesso de prazo .....	379
25.3.6 Arquivamento, desarquivamento ou reabertura.....	379

25.3.7 Recursos no inquérito civil.....	380
25.4 Comissão especial de investigação.....	381
25.5 Investigação particular.....	382
25.6 Compromisso extrajudicial e judicial: a transação, conciliação ou acordo na LIA.....	383
25.6.1 Modelos de resposta estatal ao ilícito.....	386
25.6.2 Acordo de não persecução cível: do projeto à redação final.....	387
25.6.2.1 Vantagens do acordo de não persecução cível.....	389
25.6.2.2 Condições fixadas no acordo não possuem natureza jurídica de pena.....	389
25.6.2.2.1 O caráter “punitivo” das medidas alternativas.....	391
25.6.2.3 Natureza jurídica.....	391
25.6.2.3.1 Distinção entre termo de ajuste de conduta, acordo de leniência ou <i>plea bargaining</i> .....	392
25.6.2.3.1.1 Uso do acordo para modular a decisão de mérito e estabelecer penas... ..	393
25.6.2.3.1.1.1 Acordo no curso da ação e momento da execução da sentença condenatória.....	393
25.6.2.3.2 Elementos a serem considerados na proposta de consensualidade.....	394
25.6.2.3.2.1 A escolha da forma de atuação adequada à tutela dos interesses sociais em disputa: adequação, tempestividade e efetividade.....	394
25.6.2.3.2.2 Retroatividade do acordo.....	395
25.6.2.3.3 Celebração conjunta com o acordo de não persecução penal.....	395
25.6.2.3.4 Cláusula resolutiva: tácita, implícita e expressa.....	396
25.6.2.4 Princípios constitucionais que autorizam o instituto.....	397
25.6.2.4.1 Princípio da celeridade processual.....	397
25.6.2.4.2 Princípio da eficiência: a efetividade processual.....	397
25.6.2.4.3 Princípio da economia processual.....	398
25.6.2.5 A constitucionalidade do art. 17-B da LIA: ausência de violações ao devido processo legal, à legalidade, à ampla defesa, à presunção de inocência e ao juiz natural.....	398
25.6.2.6 Regulamentação.....	399
25.6.2.6.1 Proposta do CNMP, Resolução CSMP/PE n.º 01/2020 e Nota Técnica MP/SP.....	400
25.6.2.7 Requisitos para celebração do acordo: pressupostos de validade.....	401
25.6.2.7.1 Índícios veementes do ilícito e sua autoria: não for caso de arquivamento.....	402
25.6.2.7.2 Voluntariedade objetiva.....	403
25.6.2.7.2.1 Exceção ao princípio da obrigatoriedade da ação pública coletiva: a motivação na escolha da forma de tutela do interesse público.....	403
25.6.2.7.2.2 Juízo de probabilidade de culpabilidade.....	404
25.6.2.7.3 Confissão detalhada do compromissário: inexistência de <i>plea bargaining</i> ....	404
25.6.2.7.3.1 Requisitos intrínsecos.....	405
25.6.2.7.3.1.1 Verossimilhança.....	405
25.6.2.7.3.1.2 Clareza objetiva.....	405
25.6.2.7.3.1.3 Persistência fática (ou uniformidade).....	405

25.6.2.7.3.1.4 Coincidência .....	406
25.6.2.7.3.2 Requisitos formais.....	406
25.6.2.7.3.2.1 Pessoalidade .....	406
25.6.2.7.3.2.2 Espontaneidade .....	406
25.6.2.7.3.2.3 Imputabilidade.....	406
25.6.2.7.3.2.4 Previsão de medidas alternativas de interesse social: abrangência e conteúdo material do acordo.....	406
25.6.2.7.3.2.4.1 Obrigações que não podem ser convencionadas .....	407
25.6.2.7.3.2.4.2 Obrigações que podem ser convencionadas .....	408
25.6.2.7.3.2.4.2.1 Mecanismos de integridade.....	408
25.6.2.7.3.2.5 Autoridade funcionalmente competente.....	408
25.6.2.7.3.2.5.1 Autoridade incompetente .....	409
25.6.2.7.3.2.6 Documento escrito e devidamente assinado pelas partes signatárias ...	409
25.6.2.8 Legitimidade: Ministério Público .....	409
25.6.2.8.1 Legitimidade e ADIN-MC n.º 7.042 (STF) .....	410
25.6.2.9 Momento da celebração .....	410
25.6.2.9.1 Fase extrajudicial .....	411
25.6.2.9.1.1 Controle administrativo do Conselho Superior do Ministério Público ...	411
25.6.2.9.1.1.1 Dispensa de revisão por Órgão Superior.....	414
25.6.2.9.1.1.2 Necessidade ou não de homologação judicial do acordo extrajudicial .....	414
25.6.2.9.1.2 Diversos signatários.....	415
25.6.2.9.2 Fase judicial .....	415
25.6.2.9.2.1 Limitações do objeto do acordo em razão do momento processual.....	417
25.6.2.9.2.2 Oitiva do ente federativo lesado.....	417
25.6.2.9.2.3 Oitiva do Tribunal de Contas.....	418
25.6.2.9.2.3.1 Prazo para manifestação .....	418
25.6.2.9.2.4 Interrupção do prazo da contestação.....	418
25.6.2.10 Controle jurisdicional .....	419
25.6.2.10.1 Limites do controle jurisdicional: natureza jurídica do ajuste, imparcialidade e sistema acusatório .....	420
25.6.2.10.2 Recursos da decisão judicial .....	420
25.6.2.10.3 Homologação de acordo pelo Tribunal.....	421
25.6.2.10.4 Reexame necessário.....	421
25.6.2.11 Consequências jurídicas.....	422
25.6.2.11.1 Natureza jurídica da decisão homologatória .....	422
25.6.2.11.2 Homologação do acordo .....	423
25.6.2.11.2.1 Legitimidade para exigir o cumprimento do acordo .....	423
25.6.2.11.3 Descumprimento do acordo: cláusula resolutiva implícita.....	423

25.6.2.11.3.1 Impedimento para celebrar novo acordo.....	424
25.6.2.11.4 Cumprimento integralmente do acordo .....	424
25.6.2.11.5 Não homologação da proposta aceita.....	424
25.6.2.11.5.1 Remessa ao Procurador Geral de Justiça .....	425
25.6.2.11.6 Efeito <i>erga omnes</i> .....	425
25.6.2.11.6.1 Pessoa jurídica interessada e lesados individualmente (não participantes).	426
25.6.2.12 Invalidez e complementação.....	427
25.6.2.13 Revisão da decisão e do acordo homologado .....	427
25.6.2.13.1 Coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i> : revisão do acordo.....	428
25.6.3 Transação, acordo ou conciliação na Lei Anticrime.....	429
25.7 Procedimentos de investigação e a presença do princípio do contraditório e da publicidade.....	430
25.7.1 Necessidade de confirmar as provas em juízo .....	431
26 Do poder-dever de requisitar investigação .....	432
26.1 A requisição pode ser indeferida?.....	434
26.2 Forma e conteúdo da requisição .....	434
26.3 Pode o juiz requisitar uma investigação? .....	435
27 Desnecessidade de procedimento administrativo prévio à ação de improbidade.....	435
28 Direito de representação .....	436
29 Algumas medidas de investigação .....	438
29.1 Escuta telefônica.....	438
29.2 Quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados .....	439
29.3 Acordos de colaboração (acordo de leniência e delação premiada) .....	441
30 Coexistência dos procedimentos administrativos de investigação.....	441
31 Trancamento dos “procedimentos” administrativos.....	441

## **CAPÍTULO XI**

<b>Petição Inicial</b> .....	443
32 Petição inicial.....	443
32.1 Breves considerações.....	443
32.2 Endereçamento: a competência .....	444
32.2.1 Competência em razão da matéria: atos de improbidade administrativa.....	445
32.2.2 Competência em razão da pessoa ( <i>ratione personae</i> ).....	446
32.2.2.1 Foro por prerrogativa de função ( <i>intuitu funcionae</i> ) .....	446
32.2.2.2 Competência por força de compreensão .....	449
32.2.2.3 Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho.....	452
32.2.2.4 O Ministério Público Federal e a Sociedade de Economia Mista .....	459
32.2.3 Da competência de foro.....	462
32.2.3.1 Local do dano ou da sede da pessoa jurídica prejudicada .....	466
32.2.3.1.1 Atribuição funcional .....	466
32.2.3.1.1.1 Conflito de atribuições.....	466
32.2.3.1.1.2 Conflito entre Ministérios Públicos distintos .....	466

32.2.4 Da prevenção prevista na LIA.....	467
32.2.4.1 Prevenção e demandas afins .....	468
32.2.4.2 Distribuição por dependência .....	469
32.3 Interesse de agir .....	469
32.3.1 Prazo para a propositura da ação .....	470
32.3.2 Término do prazo para conclusão do inquérito .....	471
32.4 Legitimidade ativa .....	471
32.4.1 Legitimado ordinário .....	472
32.4.1.1 Pessoa jurídica interessada (STF, ADIN n.º 7.042).....	472
32.4.1.1.1 Legitimidade e/ou autorização do Procurador-Geral do Estado .....	477
32.4.2 Litisconsórcio ativo .....	478
32.4.3 Legitimado extraordinário .....	479
32.4.3.1 Ministério Público .....	480
32.4.3.1.1 Princípio do promotor natural .....	486
32.4.3.1.2 Legitimidade do Procurador-Geral de Justiça .....	487
32.4.3.1.3 Dos grupos especializados no combate à improbidade administrativa.....	488
32.4.4 Natureza da legitimação: privativa ou exclusiva .....	489
32.4.4.1 Regra de transição: ações em curso promovidas pela entidade prejudicada pelo ilícito .....	489
32.4.4.2 Legitimidade na redação original (STF, ADIN-MC n.º 7.042) .....	490
32.4.4.2.1 Decisão cautelar na ADIn n.º 7.042: legitimidade da pessoa jurídica interessada ..	490
32.5 Legitimidade passiva .....	491
32.5.1 O litisconsórcio passivo necessário.....	492
32.6 A causa de pedir: os fatos e fundamentos jurídicos.....	493
32.6.1 Fato jurídico, ato jurídico e suporte fático.....	494
32.7 Pedido.....	495
32.7.1 Possibilidade jurídica do pedido .....	497
32.7.2 Pedido certo e genérico na LIA.....	497
32.7.3 Tutela reparatória: o ressarcimento do dano .....	498
32.7.3.1 Tutela reparatória em pecúnia ou pelo equivalente monetário.....	500
32.7.3.2 Tutela reparatória na forma específica .....	500
32.7.3.2.1 Tutela reparatória na forma específica e onerosidade excessiva .....	501
32.7.4 Cumulação de pedidos .....	501
32.7.4.1 Tutela contra o ilícito.....	503
32.7.4.1.1 Tutela contra o ilícito de efeitos instantâneos .....	504
32.7.4.1.2 Pedido declaratório ou desconstitutivo.....	504
32.7.4.2 Tutela contra o ilícito e terceiros.....	507
32.7.4.3 Pedido condenatório em prol dos particulares lesados.....	507

32.8 Valor da causa .....	508
32.9 Antecipação de despesas .....	508
32.9.1 Condução do oficial de justiça e perito .....	509
<b>CAPÍTULO XII</b>	
<b>Do Processo Judicial .....</b>	<b>511</b>
33 Juízo de Admissibilidade .....	511
33.1 Recebimento da Ação .....	511
33.1.1 Considerações sobre a decisão .....	512
33.1.1.1 Natureza da decisão .....	512
33.1.1.2 Liminar <i>inaudita altera pars</i> : exceção .....	512
33.1.1.2.1 Recurso .....	513
33.1.1.2.1.1 Prazo e contagem .....	513
33.1.1.3 O dever de fundamentar o recebimento .....	514
33.1.1.3.1 Recurso .....	516
33.2 Rejeição da petição inicial .....	516
33.2.1 “Acusações genéricas” e “acusações gerais” .....	517
33.2.2 Sócio, cotista, administrador e colaborador de pessoa jurídica .....	518
33.2.3 O indeferimento liminar da petição inicial e a improcedência liminar do pedido .....	518
33.2.3.1 Indeferimento da petição inicial .....	519
33.2.3.2 Improcedência <i>prima facie</i> ou improcedência liminar do pedido .....	520
33.2.3.2.1 Inexistência de ato de improbidade administrativa ou improcedência da ação....	522
33.2.3.2.2 Intimação da sentença .....	523
33.2.4 Recurso da decisão liminar .....	524
33.2.4.1 Contagem do prazo para a interposição .....	526
33.2.4.2 Julgamento da causa pelo tribunal .....	528
33.2.5 Inadequação da via eleita .....	529
33.2.5.1 Conversão em ação civil pública .....	530
33.2.5.1.1 Recurso .....	531
34 Da citação e da intimação obrigatória (entidade lesada) .....	531
34.1 Audiência de conciliação ou de mediação .....	534
34.1.1 Características do ajuste .....	537
35 Intervenção de terceiros na LIA .....	537
35.1 Intervenção da pessoa jurídica interessada .....	538
35.1.1 Momento da intervenção e poderes .....	538
35.1.2 Eficácia preclusiva e coisa julgada .....	540
35.1.3 Desistência ou improcedência da demanda .....	541
35.1.4 Processamento .....	541
35.2 Intervenção do Ministério Público (STF, ADIN n.º 7.042) .....	542

35.2.1	Momento da intervenção e poderes .....	542
35.3	Intervenção do 'amicus curiae' .....	544
35.3.1	Momento da intervenção e poderes .....	547
36	Da defesa .....	549
36.1	Contestação .....	549
36.1.1	Forma, conteúdo e prazo .....	549
36.1.1.1	(In)competências absoluta e relativa .....	550
36.2	Ação incidental: Reconvenção ou ação declaratória .....	551
36.3	Exceções instrumentais .....	552
36.4	Defesa pela assessoria jurídica .....	553
37	Julgamento antecipado (improcedência) ou instrução processual .....	554
37.1	Saneamento e organização do processo .....	556
37.1.1	Recurso: Agravo de Instrumento .....	559
37.1.2	Estabilização objetiva da demanda .....	559
37.2	Das provas .....	559
37.2.1	Necessidade de a inicial vir acompanhada de fortes indícios .....	561
37.2.1.1	Impossibilidade de apresentação de prova: a justificativa .....	561
37.2.2	Ônus da prova .....	562
37.2.2.1	Novo CPC, ônus da prova e improbidade administrativa .....	564
37.2.3	Fato negativo .....	565
37.2.4	Fato negativo e princípio da presunção de constitucionalidade dos atos administrativos ...	567
37.2.5	Inversão do ônus da prova no direito punitivo .....	567
37.2.6	Confirmação em Juízo das provas colhidas em investigação: cerceamento de defesa ...	570
37.2.7	A extensão dos efeitos das sentenças civis e penais .....	571
37.2.7.1	Coisa julgada criminal no cível e decisão colegiada .....	571
37.2.7.1.1	Título executivo judicial .....	573
37.2.7.1.2	Responsável legal e terceiro .....	573
37.2.7.2	Coisa julgada cível e reflexos nas ações de improbidade administrativa .....	573
37.2.8	Atos dos órgãos de controle interno e externo: esfera administrativa .....	574
37.2.8.1	Decisões do Tribunal ou Conselho de Contas .....	574
37.2.9	Compensação de sanções .....	575
37.2.10	Intimação para especificação de provas .....	575
38	Litispendência, conexão e continência: a coexistência de ação civil pública, ação popular, ação de improbidade administrativa e ação individual .....	576
38.1	Rejeição da ação por litispendência: competência material e conflito de atribuições .....	578
38.2	Duplicidade de ações e ADIN n.º 7.042 (STF) .....	579
39	Revelia .....	580
39.1	Revelia e citação por edital ou hora certa .....	581
40	Suspensão do processo .....	583
40.1	Morte do ímprobo: adequação do pedido .....	584
40.1.1	Fusão ou incorporação .....	587

40.2 Prejudicialidade e preliminariedade .....	587
40.2.1 Verificação de fato tipificado como crime .....	587
41 Sentença .....	590
41.1 Conteúdo da sentença: a impossibilidade de antecipação de tutela na sentença .....	590
41.2 Tipos de sentença.....	592
41.2.1 Sentença de procedência .....	592
41.2.1.1 Sentença condenatória .....	592
41.2.1.1.1 Sentença condenatória-sancionatória.....	593
41.2.1.1.2 Sentença condenatória-reparatória.....	593
41.2.1.1.3 Sentença condenatória-mandamental .....	593
41.2.1.2 Sentença declaratória/desconstitutiva.....	593
41.2.2 Sentença de improcedência .....	594
41.2.2.1 Sentença absolutória.....	594
41.3 Efeitos secundários da condenação .....	594
41.3.1 Hipoteca judiciária .....	594
41.3.2 Inelegibilidade.....	596
41.3.3 Inelegibilidade e Tribunal Superior Eleitoral – TSE: limitação da competência.....	599
41.4 Coisa julgada: os seus limites.....	600
41.5 Fundamento da sentença: elementos essenciais.....	603
41.5.1 Elementos essenciais .....	606
41.5.2 Nulidade da Sentença .....	606
42 Do recurso da sentença e efeitos.....	607
42.1 Modificação da sentença .....	611
42.2 Embargos de Declaração, Apelação, Recurso Especial e Recurso Extraordinário.....	611
42.2.1 Correção da subsunção, individualização e dosimetria pelo Superior Tribunal de Justiça: inaplicabilidade da Súmula n.º 07.....	613
42.3 Remessa necessária .....	615
43 Litigância de má-fé .....	617
44 Sucumbência.....	619
44.1 Custas, preparos e despesas processuais .....	621
44.2 Honorários sucumbenciais.....	621
44.2.1 Condenação em honorários depende de má-fé: princípio da simetria e regra especial .....	621
44.2.2 Improcedência .....	622
44.2.3 Procedência.....	622
45 Abandono e desistência da ação.....	622
45.1 Indisponibilidade da ação: requerimento de improcedência .....	625
46 Impossibilidade de ação rescisória ‘pro societate’.....	625



## CAPÍTULO XIII

<b>Medidas Excepcionais de Defesa</b> .....	627
47 Reclamação.....	627
48 Mandado de Segurança .....	627
48.1 Acordo de leniência (Lei n.º 12.846/13) .....	630
48.2 Non bis in idem .....	631
48.3 Partidos políticos.....	632
48.4 Divergência jurisprudencial.....	632

## PARTE III: AS SANÇÕES

## CAPÍTULO XIV

<b>O prisma constitucional das sanções</b> .....	635
49 A ordem social e jurídica: a sanção .....	635
50 As sanções decorrentes da conduta ímproba – individualização da pena: a dosimetria .....	637
50.1 O devido processo legal substancial .....	643
50.1.1 Função punitivo-pedagógica .....	645
50.2 Multiplicidade de atos ímprobos .....	646
50.2.1 Unificação das sanções em sede de cumprimento de sentença.....	649
51 Limite temporal e a aplicação da LIA.....	650
52 Natureza jurídica das sanções .....	651
52.1 Prescritibilidade dos ilícitos civis.....	654
53 Princípio da demanda e da inércia da jurisdição: regras da correlação, adstrição ou congruência ....	654
54 Da transmissão das penas: o princípio da personificação da pena .....	662
54.1 Sócios, cotistas, diretores e colaboradores de pessoa jurídica .....	667
54.1.1 Benefícios diretos .....	668
54.2 Alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária .....	668
54.2.1 Exceção a intranscendência: simulação ou fraude .....	669
54.2.1.1 Simulação.....	669
54.2.1.1.1 Requisitos.....	670
54.2.1.2 Fraude .....	670
54.2.1.2.1 Requisitos.....	671
54.2.1.3 Diferenças entre simulação e fraude.....	671
54.3 A Lei n.º 12.846/13 e o <i>non bis in idem</i> : pessoa jurídica e administradores .....	671
55 A correta interpretação do inc. I do art. 21 .....	671
56 O princípio da independência entre as responsabilidades.....	675
57 Possibilidade jurídica e aplicação das sanções .....	679
58 A culpabilidade do agente ímprobo .....	680

## **CAPÍTULO XV**

<b>Dos sujeitos às sanções</b> .....	685
59 Agente público .....	685
59.1 Servidor público .....	685
59.2 Agentes políticos .....	685
60 Particulares .....	693
60.1 Pessoa física .....	694
60.2 Pessoa jurídica .....	694
60.2.1 Individualização e dosimetria .....	698
60.2.2 Limitações: Lei n.º 12.846/13 .....	698
60.2.2.1 Aplicação da Lei n.º 12.846/13 e alteração promovida pela MP n.º 703/15 .....	699

## **CAPÍTULO XVI**

<b>Das Sanções Cautelares</b> .....	701
61 Tutelas provisórias de urgência e evidência .....	701
61.1 Pretensão provisória na LIA: objetos .....	701
61.2 Processo e medida de urgência .....	701
61.2.1 Medida satisfativa, antecedente e incidente .....	702
61.3 Procedimentos da tutela provisória de urgência .....	702
61.3.1 Medida incidental .....	704
61.3.2 Medida preparatória ou antecedente .....	704
61.4 Competência .....	704
61.4.1 Competência no tribunal .....	704
61.4.2 Prevenção do Juízo .....	704
61.5 Duração da tutela cautelar antecedente .....	705
61.5.1 Perda da eficácia por decurso temporal: falta de ajuizamento da ação principal .....	705
61.5.2 Perda da eficácia por decurso temporal: falta de execução da medida deferida .....	705
61.5.3 Perda da eficácia por extinção do processo principal .....	706
61.5.4 Eficácia da medida cautelar e extinção .....	706
61.5.4.1 Impossibilidade de renovação de pretensão cautelar extinta por perda de eficácia com base no mesmo fundamento .....	706
61.5.4.2 Impossibilidade de renovação de pretensão cautelar em razão da extinção da medida cautelar por qualquer motivo .....	706
61.6 Extinção da medida cautelar .....	707
61.6.1 Processamento da extinção .....	707
62 Sanção de indisponibilidade de bens ou valores .....	707
62.1 Indisponibilidade de bens e valores como tutela da evidência e urgência .....	710
62.1.1 Fundamento da indisponibilidade de bens e valores como tutela da evidência .....	712
62.1.1.1 Fundados indícios de responsabilidade .....	713

62.1.1.2 Tutela da evidência punitiva .....	714
63 Inscrição da indisponibilidade no registro de imóveis .....	715
64 Do objeto e suas limitações.....	718
64.1 Morte do ímprobo: a herança e o bem de família legal .....	724
64.2 Limitações especiais.....	726
64.2.1 Valor de 40 (quarenta) salários mínimos, verba salarial e bem de família .....	726
64.2.2 Manutenção da função social da pessoa jurídica .....	726
64.2.2.2.1 Nomeação de administrador judicial: intervenção judicial na sociedade .....	727
64.3 Oitiva do Requerido .....	727
64.4 Vários réus .....	727
64.5 Substituição por outras garantias: regra especial.....	727
64.5.1 Idoneidade da apólice de seguro-garantia judicial .....	728
64.5.2 Carta de fiança .....	728
65 Hipóteses de indisponibilidade de bens e valores: requisitos gerais .....	729
65.1 O <i>fumus boni iuris e periculum in mora</i> como requisitos da medida cautelar .....	729
65.1.1 Tutela da evidência e o novo CPC .....	734
65.1.2 Indisponibilidade de bens e STJ – Tema 701: contornos jurídicos.....	735
65.1.2.1 Evidência: verossimilhança das alegações .....	737
65.1.2.2 Discricionariedade judicial e o dever de motivar o convencimento de modo claro e preciso .....	738
65.1.2.2.1 Recurso .....	739
65.1.2.2.2 Requisitos .....	740
65.1.2.2.3 Ausência de evidência em caso de justificação por ausência de provas.....	740
65.1.2.2.4 Roteiro para análise da verossimilhança .....	740
65.2 Indisponibilidade de bens, no caso de perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente .....	741
65.3 Indisponibilidade de bens no caso de ressarcimento do dano .....	743
65.3.1 Indisponibilidade deve considerar os valores já ressarcidos.....	744
65.4 Ilegalidade da indisponibilidade de bens para tutelar a multa civil .....	744
66 Indisponibilidade genérica é ilegal.....	745
67 Execução da medida e efeitos .....	746
68 O depositário na indisponibilidade de bens e valores .....	750
69 Medida cautelar no bojo do processo de conhecimento: a fungibilidade das medidas .....	752
70 A Indisponibilidade de bens e valores e outros créditos .....	753
71 Do sequestro .....	755
72 O instituto da caução e a indisponibilidade de bens e valores.....	757
73 Afastamento temporário da função pública .....	759
74 Concurso de credores: a insolvência civil .....	764
75 Coisa julgada e decisão cautelar: revogação e modificação.....	766

## CAPÍTULO XVII

<b>Das Sanções Principais .....</b>	<b>769</b>
76 Sanções principais .....	769
76.1 Colaboração premiada e Lei de Improbidade Administrativa .....	769
76.2 Non bis in idem .....	773
76.2.1 Lei n.º 12.846/13 - pessoa jurídica e administradores: subsidiariedade da LIA.....	774
76.2.2 Consunção e compensação de sanções.....	775
77 Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.....	776
77.1 A perda de bens ou valores como instrumento de efetividade da sanção de ressarcimento ....	780
77.2 Impossibilidade relegar a liquidação a apuração do acréscimo ilícito .....	780
78 Ressarcimento integral do dano.....	780
78.1 Ressarcimento pelo equivalente monetário e na forma específica .....	788
78.2 O que significa demonstrar o dano.....	790
78.3 Da demonstração do dano na liquidação de sentença.....	790
78.4 Ação complementar de ressarcimento.....	793
78.5 O ressarcimento do dano e os agentes políticos.....	794
78.6 Ressarcimento do dano e decisão do Tribunal de Contas .....	795
78.7 Vedação ao enriquecimento sem causa: conformação do ressarcimento.....	802
78.8 O ressarcimento previsto na hipótese de lesão a princípios administrativos: o dano moral e a pessoa jurídica de direito público.....	803
79 Perda da função pública.....	807
79.1 Vínculo passível de extinção.....	818
79.2 Interpretação <i>in malam partem</i> e STJ: inconstitucionalidade do banimento .....	824
79.3 Regra da extensão da extinção dos vínculos: inconstitucionalidade.....	827
79.4 Requisitos para extensão da extinção dos vínculos .....	829
80 Suspensão dos direitos políticos.....	830
81 Multa civil.....	837
81.1 Base de cálculo.....	838
81.2 Causa de aumento de pena.....	839
81.3 Sanção exclusiva em caso de infração de menor potencial ofensivo.....	840
82 Proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios, ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário .....	840
82.1 Cadastro Nacional de Pessoas Físicas e Jurídicas Proibidas de Contratar, de Receber Benefícios ou Incentivos Fiscais ou Creditícios.....	847
83 Da declaração de invalidade do ato ímprobo .....	849
83.1 Elementos para declaração de invalidade .....	850
83.2 Da prescrição do pedido de invalidade.....	851

## **CAPÍTULO XVIII**

<b>Do Cumprimento da Sentença</b> .....	853
84 Considerações gerais.....	853
84.1 Liquidação do dano e cumprimento de sentença .....	855
84.1.1 Legitimidade: legitimação extraordinária subsidiária .....	857
84.1.2 Processamento.....	857
84.1.3 Recurso .....	858
84.1.4 Modificação da Sentença .....	858
84.2 Unificação das sanções .....	858
84.3 Compensação das sanções .....	860
85 Do cumprimento da sanção de perda de bens ou valores .....	861
86 Do cumprimento da sanção de ressarcimento do dano .....	861
87 Do mandado judicial de cancelamento ou transferência de domínio .....	865
88 Do cumprimento da sanção da proibição de contratar ou receber benefícios fiscais ou creditícios .....	867
89 Do cumprimento da sanção de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos .....	867
90 Do cumprimento da sanção de multa civil.....	870
90.1 Cobrança da pena de multa: juros e atualização monetária.....	871

## **CAPÍTULO XIX**

<b>Da Prescrição e da Eficácia do Decisório</b> .....	875
91 Da prescrição .....	875
91.1 Termo inicial da prescrição .....	876
91.2 Prescrição e vários demandados.....	877
91.3 Prescrição da pretensão executória .....	877
91.4 Impedimento, interrupção e suspensão da prescrição .....	878
91.4.1 Períodos prescricionais .....	878
91.4.2 Causas de interrupção.....	879
91.4.2.1 Rol taxativo.....	880
91.4.3 Causas de suspensão .....	880
91.4.4 Extensão dos efeitos da prescrição: comunicabilidade e incommunicabilidade .....	880
91.4.5 Prescrição intercorrente.....	881
91.4.5.1 Termo inicial.....	881
91.4.5.2 Modos de ocorrência.....	881
91.4.6 Retroatividade da regra de prescrição.....	882
92 Prescrição e ressarcimento do dano: segurança jurídica x indisponibilidade do patrimônio público .....	882
93 O litisconsórcio passivo necessário: condição de eficácia da sanção .....	886
93.1 Necessidade de inclusão de agente público no polo passivo.....	889
93.2 Seletividade de demandados e indivisibilidade da ação de improbidade administrativa.....	890
93.3 Litisconsórcio passivo: inexistência de responsabilidade solidária.....	891

## CAPÍTULO XX

<b>Da Aplicação Retroativa da Lei n.º 14.230/21</b> .....	893
94 Retroatividade: <i>novatio legis in melius e abolitio infractio</i> .....	893
94.1 A Constituição Federal assegura a retroatividade mais benéfica em matéria de improbidade administrativa .....	894
94.1.1 Pacto de São José da Costa Rica .....	895
94.2 Abolitio infractio .....	895
94.2.1 Limitação dos efeitos da <i>abolitio infractio</i> .....	896
94.2.2 Supressão de modalidade culposa .....	896
94.2.3 Dolo específico .....	896
94.3 <i>Novatio legis in melius</i> .....	897
94.3.1 Lacuna normativa, interpretação extensiva favorável ao condenado e aplicação retroativa .	897
94.3.2 Nova redação - retroatividade da lei mais benéfica .....	897
94.3.3 Prescrição intercorrente: regra de transição ( <i>lex mitior</i> ) .....	898
94.3.3.1 Demora na solução do feito imputável ao serviço judiciário .....	898
94.3.3.2 Prescrição e <i>tempus regit actum</i> .....	898
94.4 <i>Novatio legis in pejus</i> .....	899
94.5 <i>Novatio legis incriminadora</i> .....	899
94.6 Sentenças com trânsito em julgado, acordos de não persecução cível celebrados e homologados e os não homologados: proibição da <i>novatio legis in pejus</i> .....	899
94.7 Investigações em curso que envolvem atos de improbidade não mais tipificados pela nova: falta de justa causa .....	900
94.8 Caráter subsidiário da LIA: Lei n.º 12.846/13: valoração mais benéfica .....	900
94.9 Limitação da retroatividade: cumprimento da pena .....	901
94.10 Juízo competente .....	901
94.11 STF e a (ir)retroatividade da Lei n.º 14.230/21 (RE n.º 843.989 – Tema n.º 1.199) .....	901

## ANEXO PRÁTICO

Petição inicial – Medida cautelar preparatória .....	905
Petição inicial – Ministério Público .....	906
Petição – Intervenção – Pessoa jurídica interessada entidade política (União, Estado, Distrito Federal ou Município) .....	908
Petição – Intervenção - Pessoa jurídica interessada .....	909
Pessoa jurídica de direito privado .....	909
Decisão de recebimento da ação .....	910
Contestação – Requerido(a) .....	912
Contestação – Assessoria técnica .....	913
Sentença .....	914

Requisitos da sentença (CPC, art. 489 e LIA, art. 17-C).....	916
Fluxograma.....	917
Processo de improbidade administrativa.....	917
Modelo de acordo de não persecução cível.....	918
Modelo de decisão homologatória .....	921

## ANEXO LEGISLATIVO

(Disponível *on-line* pelo QR-Code ou endereço abaixo)

- Decreto-lei n.º 3.240, de 8 de maio de 1941 – DOU de 31.12.41
- Lei n.º 1.079, de 10 de abril de 1950
- Lei n.º 3.164, de 1 de junho de 1957
- Lei n.º 3.502, de 21 de dezembro de 1958
- Decreto-lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967
- Lei n.º 7.106, de 28 de junho de 1986
- Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992
- Decreto n.º 4.410, de 7 de outubro de 2002
- Convenção Interamericana Contra a Corrupção
- Decreto n.º 5.687, de 31 de janeiro de 2006
- Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção
- Lei n.º 4.717, de 29 de junho de 1965
- Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985
- Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013
- Decreto n.º 3.678, de 30 de novembro de 2000
- Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais
- Ato normativo n.º 484-CPJ, de 5 de outubro de 2006
- Resolução n.º 23, de 17 setembro de 2007
- Resolução n.º 179, de 26 de julho de 2017
- Resolução n.º 01/2020
- Resolução n.º 118, de 1º de dezembro de 2014

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	957
--------------------------	-----